

## Produções acadêmicas acerca de proposições para o Ensino Médio - Ciências/Química – por parcerias público-privadas

Eliezer Alves Martins (PG)<sup>\*1</sup>, Maira Ferreira (PQ)<sup>2</sup>. [\\*eliezer.martins@ufrgs.br](mailto:eliezer.martins@ufrgs.br).

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências - PPGEci

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas - UFPel, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências PPGEci - UFRGS

*Palavras-Chave:* Terceiro Setor, Reforma do Ensino Médio, Fundação Lemann

**Área Temática:** Políticas Educacionais e Currículo

**RESUMO:** As reformas curriculares na Educação Básica têm sido impulsionadas pelas parcerias público – privadas ao tentar mostrar essa nova forma de gerenciamento da educação pública. Este trabalho tem como objetivo mostrar os resultados de uma produção acadêmica com relação às ações de instituições privadas voltadas para o Ensino Médio, com efeitos para a área de Ciências da Natureza. Para tal, realizamos uma investigação no Catálogo de Tese e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, sobre o tema, dos anos de 2010 a 2020. A Abordagem do Ciclo de Políticas foi o eixo teórico e analítico para realizar a investigação. Os resultados apontam que, embora as pesquisas indiquem ações para a Educação Básica/Ensino Médio, no que diz respeito as Ciências da Natureza, apenas o Instituto Unibanco apresenta proposições mais diretas para a área por meio do projeto Jovem Cientista, contemplando formação docente/discente/gestão com seus próprios artefatos educativos.

### INTRODUÇÃO

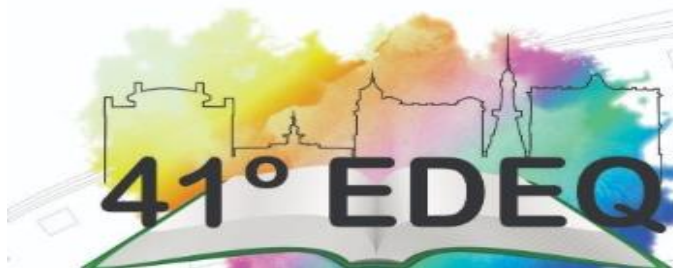
No século XXI diferentes reformas curriculares para a Educação Básica, em especial para o Ensino Médio, conta com a participação de parcerias privadas com a educação pública, estando entre as parceiras Organizações Não-Governamentais (ONG), Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), incluindo agentes multilaterais, terceiro setor, filantropos, think tank, entre outros, com efeitos na produção de políticas educacionais, como foi o caso da proposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As parcerias público - privadas são amparadas por Lei. A Lei nº 9.637/1998 (Art.1) dispõe sobre a qualificação de organizações sociais (OS), incluindo pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, cujas atividades sejam necessariamente dirigidas ao ensino, à pesquisa de cunho científico ou ao desenvolvimento de tecnologias (BRASIL, 1998).

A Lei nº 9.790/1999 institui o termo de Parceria, autorizando pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (BRASIL, 1999). A Lei nº 11.079/2004 institui normas gerais para a licitação e contratação de parcerias público – privadas no âmbito da administração pública (BRASIL, 2004), sendo alterada pela Lei

Realização

Apoio



13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e a Lei 13.204/2015 é considerada um Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

Essas leis são apresentadas para adequação ou flexibilização das organizações privadas, que passam a ter mais poder e autonomia para tomadas de decisão e participação na criação de políticas educacionais, como foi o caso da presença de diferentes instituições privadas no Movimento pela Base Nacional Comum (MBNC).

Diante da participação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) na produção de políticas educacionais, houve intensa produção acadêmica sobre esse contexto, com pesquisas e estudos que explicam e analisam o papel das parcerias privadas na educação pública brasileira. A participação de instituições privadas inclui a produção de políticas curriculares e de materiais para o ensino e a proposição de cursos de formação docente e para gestão escolar. Neste trabalho investigamos o que vem sendo produzido acerca dessas ações educacionais, em especial com relação às reformas curriculares e à proposição de cursos para professores e para gestores da escola, envolvendo o Ensino Médio - área de Ciências da Natureza.

#### **PRESSUPOSTOS TEÓRICO – METODOLÓGICO DA PESQUISA**

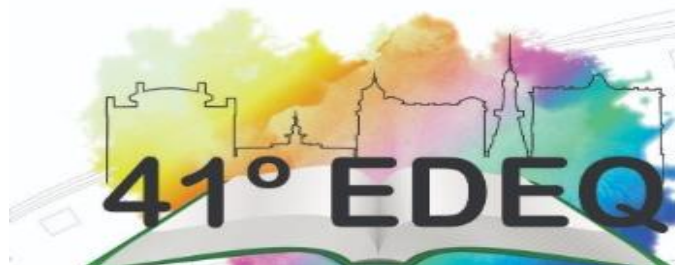
De abordagem qualitativa (GÜNTHER, 2006), a pesquisa considera como referencial teórico, metodológico e analítico a Abordagem do Ciclo de Políticas (BOWE; BALL; GOLD, 1992; BALL, 1994), que compreende a produção das políticas em diferentes contextos, estando entre esses, o contexto de influência, o contexto de produção de texto político e o contexto da prática, tomando a política como produção de texto e discurso (BALL, 1994).

O contexto de influência é aquele no qual agentes nacionais/internacionais se organizam em rede para orientar ações e projetos educacionais, como foi o caso do MBNC, no qual o Banco Mundial (BM), entre outros agentes/organismos, se envolveu na construção da política em macro contexto. No contexto de produção de texto político ocorre a materialização da política – em documentos curriculares, na legislação, em produções de estudos/pesquisas referentes a temática das parcerias público-privadas, como artigos científicos, teses e dissertações, as quais também produzem a política. No contexto da prática (micro) as políticas/documentos curriculares são colocadas em atuação política nas instituições de ensino, sendo essa uma forma de, também, produzir a política no espaço da prática.

Neste trabalho, nos dedicamos a olhar o contexto de influência e o modo como esses se organizam em rede para orientar ações e projetos educacionais, e o contexto de produção de texto político ao olhar para a produção acadêmica – dissertações e teses – como materialização no contexto de produção de textos políticos, em um recorte de tempo de 2010 até 2020, período relacionado com a

Realização

Apoio



BNCC/EM e a reforma curricular do EM. Para a realização da pesquisa acessamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando para a busca o descritor - Políticas de Currículo para o Ensino Médio.

Em uma primeira busca com o descritor e utilizando filtros para o refinamento como: tipo de trabalho (mestrado e doutorado); grande área de conhecimento (ciências humanas); área de conhecimento (educação); programa de pós-graduação (Currículo), e área de concentração (Educação Brasileira), obtivemos 1174 trabalhos (614 dissertações e 560 teses). Em um novo recorte, usando como critérios a menção à currículo no Ensino Médio e indicação de parceria (grupo/agência empresarial nacional/internacional) no título ou no resumo do trabalho, selecionamos 12 produções.

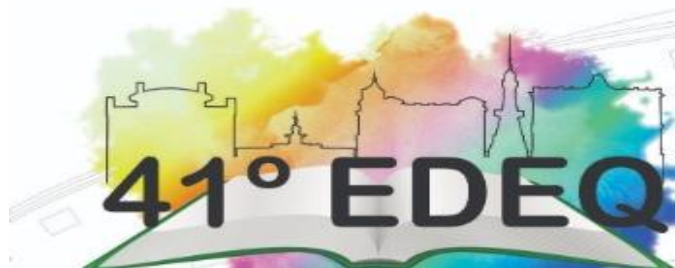
Com base nessas 12 produções, procuramos ver como os trabalhos de pesquisa referiam grupos empresariais envolvidos e o tipo de ação voltada para o Ensino Médio, em especial aquelas que poderiam ser relacionadas à área de Ciências da Natureza, conforme indicado no Quadro 1.

**Quadro 1: Dissertações (D) e Teses (T) selecionadas**

Autores/ ano/trab.	Título	PPG/ Região
Balduino (2016)/T	Programa Jovem de Futuro: uma proposta do Terceiro Setor para a gestão de escolas do Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2012-2014)	UCDB/ MS
Sandri (2016)/T	A relação Público-Privado no contexto do Ensino Médio Brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública	UFPR/ PR
Oliveira (2017)/T	As políticas para o Ensino Médio no período de 2003 a 2014: Disputas, Estratégias, Concepções e Projetos	UFG/ GO
Silva (2017)/D	O Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais (1996 – 2016): nova configuração da velha dualidade	UFMG/ MG
Ribeiro (2017)/D	A Parceria Público-Privada na Amazônia: Impactos na Gestão Escolar do Ensino Médio Em Santarém-Pará	UFOPA/ PA
Almeida (2018)/D	Contrarreforma do Ensino Médio: Ações do Empresariado Brasileiro para uma Educação da Classe Trabalhadora	UFF/ RJ
Gomes (2019)/D	O Novo Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais: Um Estudo da Implementação do Tempo Integral e Integrado	UFMG/ MG
Silva (2019)/D	A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018)	UFMG/ MG
Nunes (2019)/D	Parcerias Público-Privadas: O Instituto Ayrton Senna e o Programa Ensino Médio Inovador em Nova Friburgo, RJ	UNIRIO
Júnior	Neoliberalismo e Flexibilização do Ensino Médio No Brasil: A	UFG/

Realização

Apoio



(2020)/T	Mercadorização da Educação na Lei 13.415/2017	GO
Mello (2020)/D	Os Empresários e as Políticas Públicas em Educação Básica no Brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018)	UFF/ RJ
Andrade 2020/D	Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro	UFRJ/ RJ

Fonte: Produção do Autores

A leitura das ações previstas nas teses e dissertações, possibilitou organizarmos as análises em dois eixos: parcerias público-privadas em ações educativas para o EM - movimentos empresariais neoliberais em educação e parcerias público-privadas em ações educativas para o EM – políticas de currículo e programas/projetos de ensino/formação docente e gestão escolar. Vale ressaltar que a relação com as Ciências da Natureza aparece de forma geral nas dissertações e teses, exceto no projeto Jovem Cientista, do Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Todos os trabalhos apontam as relações das parcerias privadas com a Educação Básica – Ensino Médio e, embora, a maioria não faça referência a uma área específica de conhecimentos, procuramos ver no leque de ações dos grupos privados, aqueles projetos e propostas de práticas pedagógicas que incluíssem a área de Ciências da Natureza, como é o caso do projeto Jovem Cientista.

### PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA O EM – MOVIMENTOS EMPRESARIAIS NEOLIBERAIS EM EDUCAÇÃO

Sobre o movimento de reformas curriculares impulsionadas por grupos empresariais, a tese de Oliveira (2017) procura mostrar, por meio de uma revisão bibliográfica em periódicos nacionais (Qualis A1 e A2), como se compreende as relações do político e econômico dentro de um campo educacional na produção de políticas para o Ensino Médio, no período de 2003 a 2014. Oliveira (2017) considera que, apesar das diferentes reformas e avanços derivados das políticas educacionais materializadas no período de 2003 a 2014, não houve a consolidação de um projeto de Ensino Médio que levasse em consideração a formação integral, o trabalho como um princípio educativo, a ciência e a cultura como eixos curriculares.

A dissertação de Silva (2017) mapeia 20 anos de políticas educacionais, de 1996 a 2016, discutindo as últimas reformas para o EM, por meio de revisão bibliográfica e análise documental. Como resultados da pesquisa, aponta que a avaliação se tornou central nesse processo de reformulação política, especialmente a partir de 2009, com a criação do ProEMI, cujo propósito foi incitar mudanças que abrissem margem para reformulações futuras, como a proposta de um novo Ensino

Realização

Apoio

Médio via Lei 13.415/2017.

Por conseguinte, a dissertação de Silva (2019) sobre a reforma do novo Ensino Médio, mostra a formulação da proposta do novo Ensino Médio, com contribuição de bases internas/externas para tal proposta fosse de fato efetivada/materializada, a partir de um levantamento de diferentes documentos internacionais (ex. Banco Mundial, etc.) e nacionais (Todos pela Educação). O trabalho indica que a reforma do novo Ensino Médio não é inovadora e que acentua a desigualdade entre os mais privilegiados em relação aos desprovidos de recursos financeiros.

As dissertações de Almeida (2018) e de Mello (2020) identificam, de forma geral, o empresariamento na Educação Básica, mostrando que o movimento das reformas, em especial as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM/2018) e a BNCC-EM, ambas políticas com concepções empresariais. Para Almeida (2018), o empresariamento é representado como uma alternativa de formação para a classe trabalhadora, com base numa espécie de receituário curricular. Mello (2020), considera o materialismo histórico-dialético, para referir que as reformas da Educação Básica ocorrem em meio a mecanismos de hegemonização empresarial.

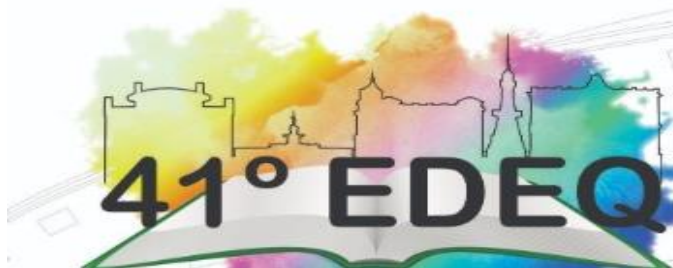
Também a tese de Júnior (2020) analisou a reforma do Ensino Médio e mostra que Lei 13.415/2017 faz parte dos interesses de grupos empresariais do Brasil, com a promoção da Mercadorização do Ensino Médio ao proporem uma subjetividade empreendedora, a qual se alinha à um viés de liberdade mercadológica e de fundamentação neoliberal.

Nessa mesma lógica, a dissertação de Andrade (2020) apresenta um estudo sobre a BNCC-EM em relação à organização de uma rede de agentes que se constituíram antes da elaboração da BNCC, mostrando como essa política vinha sendo pensada por esses agentes em relação aos condicionantes que a tornaram possível. Em seu estudo, Andrade (2020) desenvolveu o conceito de *empresariamento da educação* como ferramenta na qual explica a relação da educação numa concepção neoliberal, na qual a mercantilização e a mercadorização da educação se relacionam com o capitalismo moderno. Mostrando, assim, um aprofundamento da concepção neoliberal para dentro da Educação Básica por meio da proposição das políticas curriculares advindas dos agentes que impulsionam o mercado financeiro.

Em pesquisa documental e de campo, a dissertação de Gomes (2019) investiga o desenvolvimento da política do novo Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais e seus efeitos na prática docente. Os resultados apontam que a “implementação” do tempo integral na escola por meio do novo Ensino Médio se deu, apenas, pela ampliação da carga horária, sem que houvesse condições de promover de fato uma Educação Integral, pois para tal seria necessário investimento na formação continuada de professores, oferta de um

Realização

Apoio



projeto efetivo de Educação Integral e Integrada, espaço e tempo para planejamento e realização das atividades pedagógicas, entre outras condições.

Por último, a dissertação de Nunes (2019) analisou a parceria público-privada entre a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro com o Instituto Ayrton Senna (IAS) para o desenvolvimento do ProEMI em uma escola do município de Nova Friburgo, em 2015 e 2016. Nunes (2016) realizou entrevista semiestruturada com profissionais da escola e com um representante do IAS tomando como aporte o materialismo histórico-dialético. Os resultados apontam que o Ensino Médio em tempo Integral (proposta do ProEMI de redesenho curricular) com parceria do IAS, contou com orientações do Instituto sobre o modo de funcionamento de um currículo inovador com modelos de gestão, de formação continuada, de acompanhamentos e avaliação. Ou seja, a iniciativa privada orientando modos de colocar em operação uma política curricular pública.

#### **PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM AÇÕES EDUCATIVAS PARA O EM – POLÍTICAS DE CURRÍCULO E PROGRAMAS/PROJETOS DE ENSINO/FORMAÇÃO DOCENTE E GESTÃO ESCOLAR**

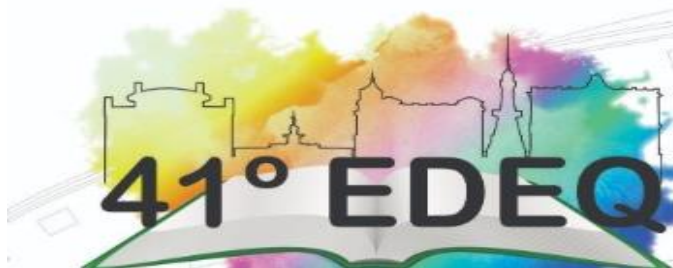
A tese de Sandri (2016) tratou sobre o Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco (IU), [O programa foi criado em 2006 e posto em operação, pelo IU, em 2007, para um ciclo de 3 anos, com foco na gestão escolar para resultados em escolas públicas de Ensino Médio] em análise sobre a relação deste Programa do IU com o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), uma proposta do Ministério da Educação – MEC, com o propósito de propor inovação aos currículos no Ensino Médio, mostrando o imbricamento existente entre o público e o privado na produção de propostas de conteúdos, práticas formativas e gestão. Sandri (2016) indica que tal imbricamento entre ambas as propostas - Programa Jovem de Futuro com o ProEMI – apenas intensificaram a hegemonia do empresariamento no contexto social disseminando a lógica privada, uma vez, que o IU utiliza de um bem público (escola) para suas proposições de lógica meritocrática na educação.

A dissertação de Ribeiro (2017) procurou verificar o impacto dos programas e projetos das parcerias público-privadas desenvolvidos, de 2012 a 2017, na gestão das escolas públicas de Ensino Médio da área urbana do Município de Santarém-PA. Os resultados mostram que neste período foram implementados 5 programas/projetos, incluindo o Programa Jovem de Futuro – IU, seguido do Projeto Gestão para Resultados na Educação, da Falconi Consultores de Resultados. A pesquisa mostra que as propostas (programas/projetos) teórico-metodológicas de gestão se baseiam na concepção da administração gerencial para a construção de um tipo de gestão escolar, que embora se mostre democrática em um primeiro momento, seu fundamento é baseado em princípios de mercado.

A tese de Balduino (2016) também abordou o Programa “Jovem de Futuro” – IU. A autora realizou sua pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturadas com o coordenador do Programa, o supervisor, o diretor e professores de duas escolas

Realização

Apoio



participantes do Programa, sobre a “implantação” do Programa Jovem de Futuro em escolas da Rede de Ensino do Mato Grosso do Sul, de 2012 a 2014.

Para colocar em operação projetos associados ao programa, o IU organizou uma proposta de modalidade intitulada “Cardápio de Metodologias” explicando suas proposições e ações em contexto escolar, sendo um dos elementos desse cardápio, o voltado para a formação do “Jovem Cientista”. Balduino (2006) aponta que a lógica do mercado marcava o Programa Jovem de Futuro nas escolas públicas de Ensino Médio, pela responsabilização das instituições pelos resultados, ao mesmo tempo que interferia na prática dos professores e gestores.

Sobre o projeto “Jovem Cientista”, esse é apresentado pelo IU como uma proposta de abordagem interdisciplinar em material denominado “Sistematização Jovem Cientista”, uma cartilha/guia [ebook on-line] para gestores e docentes das redes de ensino (INSTITUTO UNIBANCO, 2012, p.18). Na Tabela 2, trazemos um breve resumo/recorte dos conteúdos “aplicados” para a área de Ciências da Natureza que faziam parte também dos planos de aula propostos aos professores.

**Tabela 2: Projetos elaborados a partir da matriz de referência do Enem (2009)**

Disciplina	Tema	Síntese
	Projeto: Vida & Energia	
Física	Transformação: da energia ao movimento	Transformações de energia; Energia potencial e energia cinética; Princípio de conservação da Energia Mecânica; Executar experimentos
Biologia/Química	Corpo humano: movimento e saúde	Etapas bioquímicas do Funcionamento muscular; Músculo e movimento; Modelo do sistema muscular; Exercício de alongamento muscular no cotidiano
(...)	(...)	(...)

Fonte: INSTITUTO UNIBANCO (2012, p. 21-23) com adaptações dos autores.

Neste recorte do material on-line, não observa-se abordagem interdisciplinar, sendo basicamente conteúdos indicados na “cartilha”, a qual separa a componente curricular Física e junta as componentes Biologia e Química, em uma tentativa de interdisciplinaridade entre as duas disciplinas, embora a matriz referencial do Enem (2009) apresente uma ideia de interdisciplinaridade diferente, pois propõe a abordagem interdisciplinar das três ciências: Física, Biologia e Química.

Sobre o projeto propositivo de tema: *Vida & Saúde* em relação a *Biologia/Química - corpo humano: movimento e saúde*, em termos de conteúdos, vê-se que o protagonismo ficou mais direcionado à Biologia, apenas com alguns conceitos de Química atrelados aos processos Bioquímicos. Bem como, com

Realização

Apoio

relação ao tema Energia, que aparece associado apenas à Física, como se a temática não estivesse associada às transformações químicas ou ao metabolismo e gasto energético, entre outros, ficando essa forma de organização dos conhecimentos longe na proposta que consta na “cartilha” on-line do Programa.

Evidencia-se, assim, um distanciamento à ênfase interdisciplinar ou multidisciplinar que o próprio IU apregoa em seus relatórios anuais, ou seja, existe um grande hiato de discursos produzidos nas políticas materializadas pela própria instituição, pois os planos de aula pré-formatados/moldados, sob a supervisão do IU, organizam os conhecimentos em temáticas que pouco conversam com todas as disciplinas.

No entanto, os professores ficam responsáveis por planos de aula para o desenvolvimento das atividades (ambas supervisionadas pelo IU), dentro de cada tema escolhido, contendo objetivos, conteúdos conceituais, série/ano, tempo estimado, material necessário, desenvolvimento e avaliação. Esses planos devem seguir modelo, conforme “cartilha “do IU para ser “aplicado” em classe, com finalidade de uma avaliação em larga escala como o Enem, retirando assim o protagonismo e autonomia dos professores para o planejamento de suas aulas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo que teve o propósito de analisar as produções acadêmicas sobre as reformas curriculares, especialmente no Ensino Médio, aponta o empresariamento no desenvolvimento de projetos/programas de ensino, formação de professores e gestão escolar. Nesses projetos e programas as áreas do conhecimento são tratadas de forma geral, com o esmaecimento da área de Ciências da Natureza, em geral, e da Química, em particular, como observamos, por exemplo, projeto Jovem Cientista (programa Jovem de Futuro, do Instituto Unibanco). Quanto à realização de ações para a formação de professores e de gestão escolar, essas formações são promovidas pelas parcerias público-privadas, para as diferentes áreas do conhecimento, sempre com a lógica empresarial.

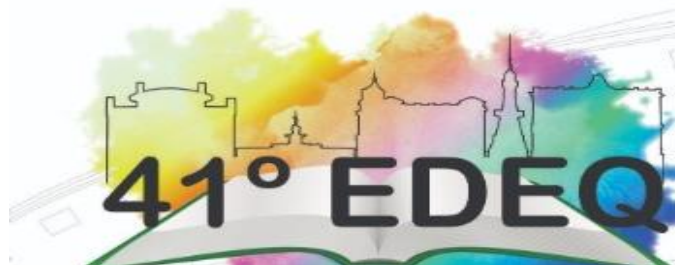
A revisão mostrou a materialização da reforma do Ensino Médio (também em relação com a BNCC-EM) em pesquisas que mostram que esse processo de mudança curricular esteve/está acompanhado de grupos do meio empresarial nacional/internacional que impulsionam reformas curriculares, por meio de ações como programas e projetos numa concepção empreendedora/neoliberal de formação dos sujeitos.

É importante destacar que as ações empreendidas para o Ensino Médio, por meio de parcerias público-privadas, contemplam a produção de ações educativas, especialmente em meio às reformas de currículo, cujos direcionamentos de temáticas na área de Ciências da Natureza provocam o esmaecimento da própria área e das disciplinas que a compõem, em especial da Química, considerando que o “espaço” destinado a conhecimentos de disciplinas da área de Ciências da

Realização

Apoio





Natureza, vem sendo destinado a outras “disciplinas”, como é o caso de “Projetos de Vida” que, atrelados aos itinerários formativos, visam atender as demandas de formação postas pela BNCC.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. L. O. **Contrarreforma do Ensino Médio: Ações do Empresariado Brasileiro para uma Educação da Classe Trabalhadora**. 2018. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matriz de Referência do Enem**. Brasília: O Instituto, 2009.

BALDUINO, Maria Aparecida Canale. **Programa Jovem De Futuro: Uma Proposta Do Terceiro Setor Para A Gestão De Escolas Do Ensino Médio Na Rede Estadual De Ensino De Mato Grosso Do Sul (2012-2014)**. 2016. 187 f. Tese (Doutorado) - Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2016.

BOWE, R; BALL, S. J.; GOLD, A. **Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology**. New York: Routledge, 1992.

BALL, S. J. **Education Reform: A critical and post – structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do programa nacional de publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de Dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004.

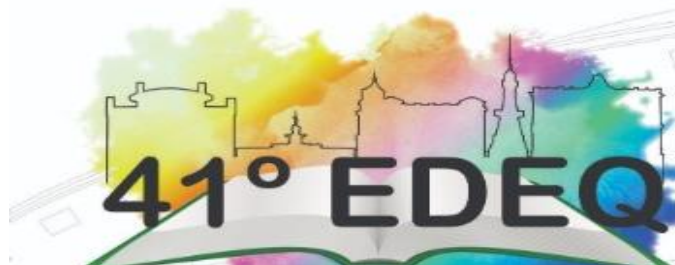
GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006.

GOMES, H. F. **O Novo Ensino Médio na Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais: Um Estudo da Implementação do Tempo Integral e Integrado**. 2019. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

JÚNIOR, A. M. C. P. **Base Nacional Comum e Novo Ensino Médio: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do**

Realização

Apoio



**capitalismo brasileiro. 2020.** 358 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

**MELLO, L. M. Os Empresários e as Políticas Públicas em educação básica no brasil contemporâneo: a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) na construção do “Novo Ensino Médio” (2013-2018).** 2020. 144 f. Tese (Doutorado) Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

**NUNES, L. F. Parcerias Público-Privadas: O Instituto Ayrton Senna e o Programa Ensino Médio Inovador em Nova Friburgo,** RJ. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado) Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

**OLIVEIRA, V. A. As políticas para o Ensino Médio no período de 2003 a 2014: Disputas, Estratégias, Concepções e Projetos.** 2017. 320 f. Tese (Doutorado) - Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

**RIBEIRO, V. C. A Parceria Público-Privada na Amazônia: Impactos na Gestão Escolar do Ensino Médio Em Santarém-Pará.** 2017. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal do Oeste do Pará, Pará, 2017.

**SANDRI, S. A relação Público-Privado no contexto do Ensino Médio Brasileiro: em disputa a formação dos jovens e a gestão da escola pública.** 2016. 252 f. Tese (Doutorado), Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

**SILVA, R. C. D. O Ensino Médio no Brasil e em Minas Gerais (1996 – 2016): nova configuração da velha dualidade.** 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

**SILVA, F. P. C. A reforma do Ensino Médio no governo Michel Temer (2016 – 2018).** 2019. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

**UNIBANCO, I. Sistematização Jovem Cientista.** São Paulo: Studio 113, 2012.

Realização

Apoio